

## OS KAIOWÁ E GUARANI E A COLONIZAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS NAS PÁGINAS DO JORNAL O PROGRESSO DE PONTA PORÃ E DOURADOS

Rafael Rondis Nunes de Abreu <sup>1</sup> e Victor Ferri Mauro <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa as publicações relacionadas à colonização do sul de Mato Grosso do Sul e referentes aos Kaiowá e Guarani nos jornais *O Progresso* de Ponta Porã e *O Progresso* de Dourados. Embora sejam periódicos distintos, que circularam em épocas e cidades diferentes, pertenceram a uma mesma família. Serão analisadas as posições tomadas pelos jornais no decorrer das trajetórias de veiculação em distintos períodos e como estes discursos historicamente ajudaram a formar e consolidar a opinião pública acerca da temática da colonização e da questão indígena. Os arquivos de ambos os periódicos estão digitalizados e disponíveis no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. *O Progresso* de Ponta Porã circulou de 1920 a 1927. Inicialmente pertencia a Militão Viriato Baptista, mas alguns meses depois de sua fundação foi comprado pelo advogado Rangel Torres. Em 1951, o filho de Rangel, Weimar Torres, recriou o jornal em Dourados. As publicações relacionadas aos Kaiowá e Guarani oscilaram muito ao longo das diversas décadas, porém, a partir dos anos 2000, devido a vários fatores, *O Progresso* assumiu uma posição francamente contrária à demarcação dos territórios Kaiowá e Guarani e passou a refutar incansavelmente a tese do genocídio Guarani e Kaiowá.

**Palavras-chave:** Kaiowá e Guarani; O Progresso; Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** This article analyzes the publications related to the colonization of the current south of Mato Grosso do Sul and the Kaiowá and Guarani in the newspapers *O Progresso* de Ponta Porã and *O Progresso* de Dourados. Although they are different periodicals, which circulated in different times and cities, they belong to the same family. The positions taken by the newspapers in the course of the transmission paths in different periods will be analyzed and how these discourses historically reported by the newspapers helped to form and consolidate public opinion about the colonization theme and the indigenous theme. The archives of both journals are available at the Regional Documentation Center of the Federal University of Grande Dourados. *Progresso* de Ponta Porã circulated from 1920 to 1927, initially belonged to Militão Viriato Baptista, but a few months after its foundation it was bought by lawyer Rangel Torres. A few decades later, in 1951, Rangel's son, Weimar Torres, decided to recreate the newspaper that belonged to his father in the city of Dourados, based

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e doutorando em História pela mesma universidade. E-mail: [rafadeabreu@gmail.com](mailto:rafadeabreu@gmail.com).

<sup>2</sup>Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pós-doutorando em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor Adjunto da FACH/UFMS. Contato: [victor.mauro@ufms.br](mailto:victor.mauro@ufms.br).



on the idea of “revival”. Publications related to the Kaiowá and Guarani have fluctuated a lot over the several decades of publication, however, from the 2000s onwards, *O Progresso de Dourados*, due to several factors, takes a position contrary to the demarcation of the Kaiowá and Guarani territories and tirelessly refutes the thesis of the Guarani and Kaiowá genocide.

**Keywords:** Kaiowá and Guarani; *O Progresso*, Mato Grosso do Sul.

## 1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar abordagens contidas no jornal *O Progresso* ao longo de diferentes épocas sobre a questão territorial indígena no antigo extremo sul de Mato Grosso, atual sul de Mato Grosso do Sul, que afetam os povos Guarani<sup>3</sup> e Kaiowá. Concordamos com a afirmação feita por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado no início da década de 1980 de que a seleção de um periódico específico como objeto de estudo histórico:

justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

Houve dois jornais chamados *O Progresso* que funcionaram em períodos e cidades distintas, mas que pertenceram a mesma família. Nas primeiras décadas do século XX, foi fundado em 1921 em Ponta Porã, por Militão Viriato Baptista, o primeiro deles, que alguns meses após o início de circulação foi comprado por Rangel Torres e foi veiculado até o final de 1927. Em 1951, Weimar Torres, filho de Rangel, recria *O Progresso* em Dourados, que está em circulação até os dias atuais.

Embora ambos tenham pertencido à família Torres, os jornais são distintos. Neste trabalho foram analisadas as duas publicações. Os meios de comunicação transformam o desconhecido em conhecido, as categorias em imagens e as ideias em representações. Serge Moscovici (2011) utiliza a categoria de “representações sociais” com base no conceito de “representação coletiva”, de Émile Durkheim. Desta forma,

as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes como duas faces de uma folha de papel: a face

<sup>3</sup> No cotidiano os Guarani-Nhandeva de Mato Grosso do Sul se autodenominam apenas como Guarani e são assim identificados.

icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem (MOSCOVICI, 2011, p. 46).

Dentro desta perspectiva, *O Progresso*, ao longo das diversas décadas de veiculação, contribuiu para a construção de representações sociais acerca da colonização sul-mato-grossense e sobre os indígenas regionais. Neste sentido, a partir da categoria de "agendamento" (agenda-setting), de Mauro Wolf (2005), a imprensa não diz para seus leitores o que pensar sobre determinado tema, mas sim, sobre qual tema se deve pensar alguma coisa.

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuidada, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (WOLF, 2005, p. 143).

Durante décadas, *O Progresso* buscou tratar a temática indígena a partir da sua visão desenvolvimentista para a região em que veiculava, abordando de forma seletiva acontecimentos relacionados à colonização que eram de seus interesses e de seus anunciantes. Enquanto os temas relacionados às comunidades Kaiowá e Guarani não contrariavam o projeto político que o jornal defendia – ou pelo menos não o ameaçava significativamente –, sua posição editorial foi moderada. Porém, quando se iniciaram trabalhos mais efetivos por parte do Estado na proposição da demarcação de Terras Indígenas que vinham sendo reivindicadas pelos nativos<sup>4</sup>, o informativo passou a se posicionar enfaticamente ao lado dos ruralistas e contra os povos originários e seus apoiadores, influenciando a opinião pública nesse sentido.

## **2. Processos de colonização do território tradicional Kaiowá e Guarani**

O processo de colonização no território tradicional dos Kaiowá e Guarani, localizado próximo à fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, articulou-se a partir do agroextrativismo em larga escala e do deslocamento compulsório dos indígenas para as Reservas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nas primeiras décadas do século XX.

De acordo com Melià, G. Grünberg e F. Grünberg (1976), o território tradicional ocupado dos Kaiowá e Guarani antes da colonização,

---

<sup>4</sup> Empregamos o termo "nativos" como sinônimo de "originários", para nos referirmos a grupos étnicos - e integrantes destes - que ocupavam tradicionalmente aquele território no sul de Mato Grosso do Sul antes do advento do colonizador não indígena.

se estende, ao Norte, até os rios Apa e Dourados e, ao Sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes rio Jejui. Sua extensão Este-Oeste atinge uns cem quilômetros, em ambos os lados da Serra do Amambaí. Daria uma área de aproximadamente 40 mil km<sup>2</sup>, dividido ao meio pela fronteira entre o Brasil e o Paraguai (*apud* COLMAN; BRAND, 2008, p. 154).

De acordo com Silva (2011), havia presença de espanhóis na região onde hoje é Mato Grosso do Sul desde o século XVII, tendo provocado sucessivos conflitos, levando à morte de muitos indígenas. Até meados do século XIX havia poucos focos de povoamento ali: Santiago de Xerez (1593), Fazenda Camapuã (1720), Povoado de Albuquerque (1778), Povoado de Paranaíba (1778), Presídio N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> do Carmo (1778), Colônia Militar de Nioaque (1855), Colônia Militar de Dourados (1856) e Núcleo Colonial do Taquari (1862).

Migrações de criadores de gado mato-grossenses, mineiros e gaúchos para a região se intensificaram a partir do final da Guerra contra o Paraguai (1864-1870), mas foi a partir da operação da *Cia Matte Laranjeira*, em finais do século XIX, que se iniciou a exploração em grande volume dos territórios tradicionais dos Kaiowá e Guarani. Com o final da guerra, Thomás Larangeiras, responsável pela comissão de estabelecimentos de novos limites nacionais, “descobriu” os grandes estoques naturais da planta que havia sido domesticada pelos índios. Posteriormente, Larangeiras conseguiu arrendar, em regime de monopólio, grande extensão de terras na região e obter a licença para explorar a extração da erva entre 1883 e 1937 (SILVA, 2011).

O período posterior à guerra inaugurou uma nova categoria de tempo para os Kaiowá e Guarani, conhecido como *sarambipa* ou “esparramo”, abordado por Brand (1997) em sua tese de doutorado. É o início da diáspora dos Kaiowá e Guarani, que, com os novos limites nacionais estipulados, tiveram parte do seu território fragmentado entre as fronteiras do Brasil e do Paraguai.

Este novo marcador temporal é caracterizado pela intensificação das frentes de colonização, que tem o efeito direto de desestabilização das comunidades e a consolidação de uma economia mercantil regional (PEREIRA, 2016). Os *Tekoha Guasu*<sup>5</sup> assim vão sendo desarticulados.

Para “abrigar” os indígenas enquanto suas terras eram entregues à colonização, o Estado brasileiro, através do SPI, criou, entre 1915 e 1928, oito pequenas reservas indígenas<sup>6</sup> com área máxima de 3.600 hectares cada. Porém, a maioria das áreas foi demarcada em tamanho menor ou parte da terra foi

<sup>5</sup> Trata-se de uma categoria classificatória étnica que foi apropriada e reelaborada em estudos acadêmicos. De acordo com Benites (2014), os *tekoha guasu* são a expressão de amplos territórios conectados por amplas redes de alianças políticas e matrimoniais.

<sup>6</sup> As Reservas Indígenas foram criadas pelo Estado brasileiro para serem unidades administrativas do governo sobre a população indígena, com objetivo de liberar seus territórios para a colonização e a partir de uma concepção integracionista inseri-los a sociedade nacional.

ocupada de forma irregular por não-indígenas, como demonstrado na publicação do jornal *O Progresso de Ponta Porã*<sup>7</sup> em 07 de maio de 1922.

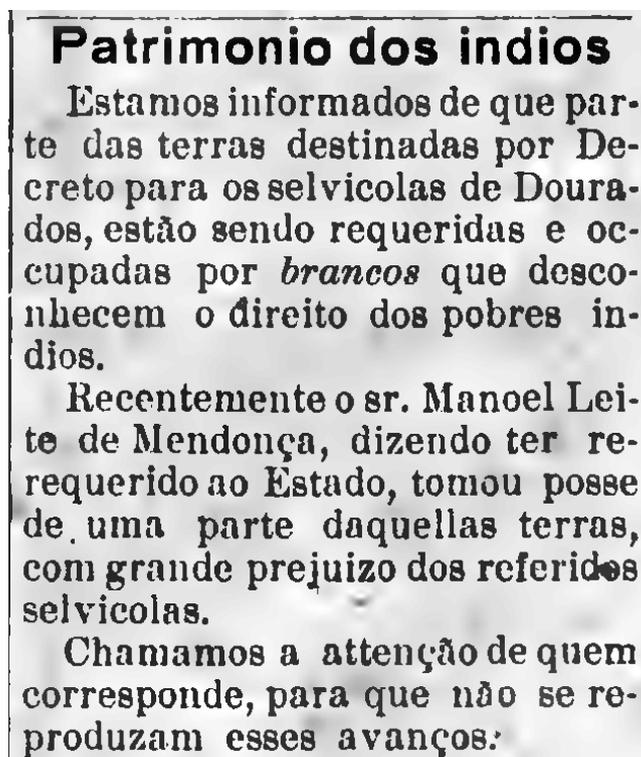


Figura 1: publicação do Jornal o Progresso sobre terras indígenas.  
Fonte: *O Progresso de Ponta Porã*, 07 mai. 1922, p. 2.

Durante décadas, a *Cia Matte Laranjeira* possuiu uma concessão pública que lhe conferia a posse exclusiva de uma extensa área na região sul do atual Mato Grosso do Sul, que chegou a cobrir uma superfície mais de 5 milhões de hectares. Esse monopólio foi quebrado a partir do governo de Getúlio Vargas, com a criação do Território Federal de Ponta Porã (1943). Com a política desenvolvimentista de Vargas, denominada "Marcha Para o Oeste", uma nova onda migratória e de colonização interna se intensificou com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Em 1943 é criada no extremo sul de Mato Grosso a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com uma extensão aproximada de 300.000 hectares, para onde foram transferidos produtores rurais de várias regiões brasileiras.

A partir dos anos 1950, a região começa a receber um intenso fluxo migratório e mais terras são liberadas para a colonização em empreendimentos induzidos pelo poder público e pela iniciativa privada. Neste período, aprofundou-se a política de deslocamento dos nativos para as Reservas. Famílias indígenas eram convencidas ou mesmo coagidas a deixarem seus territórios tradicionais para se confinarem naqueles pequenos espaços administrados pelo SPI. Porém, muitos indígenas insistiram em permanecer "nos fundos" das

<sup>7</sup> Neste artigo quando houver referência ao jornal *O Progresso de Ponta Porã*, a cidade de veiculação do periódico será citada. Quando a citação for apenas *O Progresso* sem nenhuma descrição de cidade a referência será ao jornal de Dourados.

fazendas, como demonstrado no anúncio publicitário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) publicado em *O Progresso* no dia 20 de outubro de 1981.

**Fundação Nacional do Índio**

solicita a

colaboração de todos os fazendeiros e demais pessoas que tenham indígenas sob suas responsabilidades, para que encaminham indígenas para os exames de Raio X e outros exames médicos, nos postos da região, nas seguintes datas:

Posto Indígena de Dourados	– Dias 20/21/22
Posto Indígena de Panambi	– Dia 23
Posto Indígena de Caarapó	– Dia 24
Aldeia Jacaré	– Dia 25
Posto Indígena de Amambai	– Dia 26 e 27
Posto Indígena de Taquaperi	– Dia 28
Posto Indígena de Pirajui –	– Dias 29 e 30
Posto Indígena de Porto Lindo	– Dias 31 e 01 de novembro
Posto Indígena de Sessoró	– Dia 02

Figura 2: Anúncio publicitário da Funai.  
Fonte: *O Progresso*, 20 de out. de 1981, p. 11.

Uma estratégia usada por indígenas para permanecerem habitando parte de suas terras tradicionais foi a de se empregarem como peões nas fazendas que haviam se formado nesses locais, fechando um pacto com os fazendeiros que lhes garantia moradia em troca de serviços prestados.

Mas, a partir dos anos 1980, este modelo de relação chegou ao seu limite. Nessa época, os conflitos internos nos pequenos espaços das Reservas Indígenas se intensificavam e os Kaiowá e Guarani iniciaram um processo de ocupação conhecida como “retomada indígena”. Neste novo movimento, diversas parentelas saíram das Reservas e retornaram a partes dos territórios tradicionais, que, com o processo de colonização, haviam se transformado em fazendas.

Um acirramento dos ânimos se deu também por uma maior disputa por espaço para o plantio de monoculturas nas propriedades privadas, que se intensificou a partir dos anos 1970, principalmente com o plantio da soja. Essa modificação produtiva e econômica ganhou força com uma nova migração sulista para a região, responsável pela modernização do campo: a chamada “revolução verde”.

Com essa nova forma de produção agrícola, intensiva e altamente tecnológica, o espaço ficou limitado e a circulação dos indígenas nas fazendas passou a não mais ser permitida, ensejando como consequência um novo tipo de agrupamento chamado por Pereira (2006) de “índios de corredor”, quando parentelas Kaiowá e Guarani passaram a se fixar nas margens das estradas. Constantemente, a partir deste período, os indígenas entravam em seus territórios através de retomadas, mas acabavam sendo expulsos pelos

fazendeiros e pelo poder judiciário através das liminares de reintegração de posse.

Este processo de luta pela terra e de recuperação dos territórios tradicionais têm ocorrido com extrema violência, com ferimentos e assassinatos de indígenas. Um dos casos mais emblemáticos e que se tornou símbolo da luta Guarani-Kaiowá foi a morte do líder Marçal de Souza, em 25 de novembro de 1983. Dessa data até 2016, quinze indígenas foram assassinados em confrontos motivados por disputas fundiárias. Abaixo segue uma lista sistematizada de assassinatos que ocorreram no período.

**quadro 1: lista de assassinatos de indígenas em decorrência do processo de luta pela terra em Mato Grosso do Sul.**

Nome	Data	Terra Indígena	Município
Marçal de Souza	25/11/1983	Campestre	Antônio João
Marcos Veron	13/01/2003	Taquara	Juti
Dorival Benites	26/06/2005	Sobretiro	Sete Quedas
Dorvalino Rocha	24/12/2005	Ñande Ru Marangatú	Antônio João
Xurite Lopes	09/01/2007	Kurusu Ambá	Coronel Sapucaia
Ortiz Lopes	08/07/2007	Kurusu Ambá	Coronel Sapucaia
Oswaldo Lopes	29/05/2009	Kurusu Ambá	Coronel Sapucaia
Jenivaldo Vera	29/10/2009	Y'poi	Paranhos
Rolindo Vera	29/10/2009	Y'poi	Paranhos
Teodoro Ricarde	27/09/2011	Y'poi	Paranhos
Nízio Gomes	18/11/2011	Guaiviry	Amambai
Denilson Barbossa	17/02/2013	Pindo Roky	Caarapó
Oziel Gabriel	30/05/2013	Buriti	Sidrolândia
Simião Vilhalva	29/09/2015	Ñande Ru Marangatú	Antônio João
Clodiodi de Souza	14/06/2016	Kunumi Poty Vera	Caarapó

Fonte: Abreu, 2017, p. 128/129.

Talvez por omissão ou descuido das autoridades, diversos casos anteriores de violência não foram registrados, bem como casos indiretos de mortes em decorrência de luta pela terra. Existem também episódios mal esclarecidos de morte por atropelamento ou assassinatos que foram compreendidos como decorrência de disputas internas das comunidades, mas sob os quais se paira suspeitas (CIMI, 2012; 2018).

Os limites das Reservas Indígenas tornaram-se insuficientes para abrigar a crescente população ameríndia nas condições necessárias para a sua sobrevivência física e cultural, o que acaba desencadeando superlotação e conflitos em decorrência da falta de espaço.

Nos últimos anos, a situação de violência na qual estão inseridos os Kaiowá e Guarani tem ganhado cada vez mais atenção internacional. O ponto maior

desta visibilidade foi alcançado após a divulgação da carta pública escrita em 2012 pela comunidade de Pyelito Kue/Mbararakay denunciando o despejo autorizado pela Justiça da propriedade ocupada e afirmando que os índios resistiriam até a morte para não sair do local. O fato foi interpretado pela imprensa como um alerta de suicídio coletivo, mas depois reconsiderado.

O número de assassinatos indígenas no Brasil tem aumentado desde os anos 2000. O Mato Grosso do Sul é o estado onde ocorreu ao longo dessa década o maior número desse tipo de crime. Essas mortes foram denunciadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que anualmente publica o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil.

O ano de 2007 foi recordista em número de assassinatos de indígenas naquele estado, com 53 mortes, das 92 que ocorreram em todo o Brasil. O CIMI, a partir deste impressionante número de mortes, sustenta a tese de que está em curso um genocídio dos Kaiowá e Guarani. A publicização de tal argumento fez com que *O Progresso* iniciasse uma guerra editorial contra a entidade missionária e outras instituições de apoio à causa indígena.

Entre os dias 9 de janeiro de 2008 e 21 de setembro de 2009, foram publicados pelo referido jornal 12 editoriais combatendo o CIMI e refutando a tese do genocídio. Em 2009, o CIMI acionou a Justiça pedindo reparação de danos morais contra o periódico, mas perdeu a ação alguns anos depois. A justificativa de *O Progresso* é de que os indígenas estavam "se matando pelos motivos mais diversos possíveis, inclusive o uso de drogas, adultério, prostituição e consumo excessivo de bebidas alcólicas" (VIOLÊNCIA, 2008, p.2).

De fato, a maioria dos assassinatos aconteceram por desavenças entre os próprios indígenas. Porém, como defende Pimentel (2012), estes números não eximem os não indígenas da responsabilidade destas mortes, pois os incidentes violentos nas reservas acontecem, na maioria das vezes, por tensões geradas pela política de confinamento socioespacial e são resultado do processo de colonização e expulsão dos nativos dos seus territórios tradicionais.

O deslocamento dos índios Terena para a convivência com os Kaiowá e Guarani dentro dos limites da Reversa Indígena de Dourados, realizado pelo Estado brasileiro há mais de um século, é percebido por muitos como um dos motivos do alto índice de conflitos internos. Além das diferenças culturais, há uma densidade populacional muito elevada para um pequeno espaço, entendido por Brand (1993 e 1997) como *confinamento territorial*.

Cavalcante (2013) defende que a noção conceitual de confinamento é eficaz num ponto de vista político, pois acaba potencializando as reivindicações a favor dos indígenas, mas que é necessário fazer algumas ressalvas, pois está implicada em uma ideia de imobilidade, o que não ocorre na prática. Para fugir da ideia de imobilidade, Pereira (2007) opta pelo conceito de "área de acomodação", pois "permite expressar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais kaiowá desenvolvidas nas reservas" (p. 7).

A política de confinar os indígenas nas reservas teve seu auge nos tempos da ditadura civil-militar. Textos publicados pelo *O Progresso* no começo dos anos

1980 demonstram que a própria agência indigenista oficial utilizava o termo *confinar* para se referir à permanência dos indígenas nas áreas demarcadas pelo Estado: "a Fundação Nacional do Índio está no firme propósito de confinar os índios em suas aldeias, os quais para saírem necessitarão de salvo-conduto do delegado regional do órgão" (PARA SAIR..., 1980, p.5).

De acordo com Pereira (2002, 2007, 2016) e Cavalcante (2013), a partir da década de 1950, inicia-se uma ideia ou um consenso tácito de que "lugar de índio é na reserva". Os indígenas que se recusavam a viver nas reservas, conforme Crespe (2015), eram considerados "desaldeados". O jornal *O Progresso*, em momentos diferentes, utiliza esta categoria classificatória.

Até o início dos anos 2000, o informativo, ao tratar da questão indígena regional, costumava a sustentar uma posição mais ponderada. Porém, a linha editorial contrária aos interesses dos índios e de seus aliados começou a prevalecer a partir das crescentes *retomadas* de terras. Três acontecimentos na mesma década também colaboraram para isso: 1) a morte de dois policiais em confronto com indígenas em Porto Cambira/Passo Piraju em 2006; 2) a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado em 2007 entre a FUNAI e o Ministério Público Federal para a demarcação de Terras Indígenas e 3) a divulgação da tese do genocídio pelo CIMI em 2008.

Após o incidente de Porto Cambira, na cidade de Dourados, *O Progresso* divulgou na primeira página de sua edição do dia 3 de abril de 2006 a manchete com o título "Índios matam dois policiais". O texto da editoria intitulado "Tragédia anunciada" fazia grave acusação a uma liderança da comunidade e generalizações abusivas e aviltantes acerca dos índios. Criticava pesadamente a FUNAI e o governo federal, além de culpar os indígenas por supostamente espalharem "a barbárie pelo Estado".

(...) já era esperado em virtude da benevolência com que as autoridades federais tratam os índios, até mesmo aqueles que preferem o caminho do banditismo ao invés de permanecerem nas aldeias produzindo o próprio alimento ou vivendo às custas dos programas sociais do governo federal. Esses índios, premiados pela impunidade e tomados de coragem pelo álcool que consomem, estão espalhando a barbárie por todo o Estado e, infelizmente, devem estar orientados por eminências pardas da causa indígena. É como se eles tivessem a certeza dos seus direitos, mas ignorassem totalmente os seus deveres perante a lei. Se o bando de guaranis e terenas, alguns deles paraguaios, liderados pelo autoproclamado cacique Carlito de Oliveira tivesse sido removido da área pela Fundação Nacional do Índio (Funai) quando invadiu a Fazenda Porto Belo, do pecuarista Esmalte Barbosa Chaves, em outubro de 2002, os policiais não teriam sido executados de forma tão bárbara como foram na noite de sábado. Por mais de três anos, os índios que estão na propriedade particular têm sido incentivados pelas autoridades e por antropólogos irresponsáveis sem qualquer compromisso com a justiça, a permanecerem na Fazenda Porto Belo, quando deveriam, a bem da ordem pública, ter sido removidos para a Reserva Indígena de Dourados, de onde saíram

em 2002 depois de uma disputa por poder entre grupos rivais (TRAJÉDIA ANUNCIADA..., 2006, p. 2).

A pactuação do TAC, anunciada com grande destaque pela imprensa, criou a sensação na sociedade regional de que finalmente os processos de demarcação tramitariam em ritmo célere. O fato de termos na época um partido de viés progressista à frente do governo federal contribuiu para fomentar essa expectativa. Tal percepção contrariava os interesses de muitos anunciantes, assinantes e leitores de *O Progresso*, que eram empresários do agronegócio ou de setores diretamente atrelados a esse ramo da economia.

De acordo com Cavalcante (2013), os processos de demarcação vinham sendo feitos até então "a conta gotas", focados em solucionar casos pontuais em que conflitos fundiários e tensões tenham se extremado e chamado a atenção da mídia e das autoridades públicas. O TAC de 2007 modificava esta lógica de resolver os conflitos a partir de áreas isoladas reivindicadas por algumas parentelas e preconizava uma solução mais estrutural e de longo prazo para o problema.

*O Progresso* assumiu uma postura de combate ao TAC, pois a demarcação das áreas indígenas como estava sendo requerida pelos Guarani e Kaiowá ameaçava de forma mais incisiva o projeto político baseado na ideia de desenvolvimento econômico defendida pelos ruralistas. A partir de então a linha editorial passou a ser muito crítica em relação aos indígenas e ao seu processo de luta pela terra. A palavra "ocupação", anteriormente utilizada nos textos, que tem um teor mais ameno, é substituída por "invasão", como se vê a seguir:

Ao firmar, à revelia do governo do Estado e dos demais setores envolvidos com a questão agrária, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal para vistoriar 38 áreas em 26 municípios de Mato Grosso do Sul, a Fundação Nacional do Índio (Funai) levou a efeito uma sórdida manobra que pode transformar o Estado num verdadeiro barril de pólvora. (...) o órgão que já tem demonstrado incompetência para acabar com a violência, com a prostituição, com o tráfico e uso de drogas, com o consumo de bebidas alcoólicas, com o aliciamento de mão-de-obra, com a desnutrição infantil, com a falta de água potável, com a falta de saneamento básico, com os suicídios e com o vilipêndio dos costumes indígenas nas aldeias do Estado, agora tenta ampliar em 10 milhões de hectares o território a ser habitado por índios no Estado. Ao invés de tentar agir como governo, mesmo que seja um braço do Ministério da Justiça, a Funai deveria se preocupar primeiro em colocar fim aos impasses já existentes nas aldeias de Mato Grosso do Sul para, somente depois, iniciar uma cruzada por mais terra (MANOBRA..., 2008, p. 2).

O CIMI foi o maior alvo dos ataques do jornal na época, sendo criticado em pelo menos uma dúzia de editoriais. Em um deles, publicado no dia 9 de janeiro de 2008, era dito o seguinte:

O Conselho Missionário Indigenista (Cimi), um braço da Igreja Católica que deveria funcionar como suporte para as questões indígenas do Brasil, mas que nos últimos anos acabou perdendo o foco e se especializou em desvirtuar a verdade em nome de uma causa que deveria ser nobre, acaba de colocar o Mato Grosso do Sul em situação vexatória perante o resto do País. É isso mesmo! O Cimi, que deveria ser ponderado, equilibrado, ético e sensato na avaliação de números referentes às questões indígenas, divulgou relatório onde passa para o Brasil a imagem que o Mato Grosso do Sul é terra de ninguém e, mais grave, onde os povos indígenas são vítimas de genocídios patrocinados por latifundiários que não aceitam a demarcação de terras em favor dos índios. Ninguém sabe onde os responsáveis pelo Cimi estavam com a cabeça quando elaboraram o relatório que foi reproduzido pelos principais veículos de comunicação do Brasil, mas uma coisa é certa: quem vive em MS e convive com os povos indígenas das mais diferentes etnias, sabe que o relatório é, no mínimo, mentiroso (VIOLÊNCIA INDÍGENA..., 2008, p. 2).

O duro posicionamento editorial em relação aos indígenas só foi atenuado a partir de 2019, quando o jornal sofreu mudanças de configuração, deixando de circular diariamente para rodar edições semanais, transformando-se no *O Progresso Digital*, com novidades na estética, nas posições políticas e na equipe editorial.

### 3. Considerações finais

No jornal *O Progresso de Ponta Porã* há poucas referências sobre os indígenas. As raras menções estão mais relacionadas às disputas de terra entre posseiros e a Cia. Matte Laranjeira. Já *O Progresso* de Dourados emite opinião sobre os indígenas desde sua fundação, com fluxos intensos de citações muitas vezes contraditórias.

No início dos processos de retomadas territoriais, o jornal teve posição favorável à disputa da Terra Indígena do Pirakuá, cumpriu papel importante na divulgação e pressão sobre o assassinato de Marçal de Souza. Notavelmente o periódico emitiu posição contrária à expulsão dos indígenas Kaiowá e Guarani que foram retirados da Fazenda Matte Laranjeira nos tempos da ditadura. Entretanto, a partir dos anos 2000, a publicação defendeu sistematicamente a ideia de que "lugar de índio é na reserva" e os membros das comunidades que estivessem fora das áreas demarcadas deveriam ser considerados "desaldeados". O seguinte editorial dizia, por exemplo, que:

os índios desaldeados que viraram massa de manobra nas mãos de pseudolíderes e de antropólogos oportunistas que precisam deles para continuarem conduzindo os chamados Grupos de Trabalho (GT), que recebem centenas de milhares de reais do governo federal por laudos fajutos e incendiários (TRAGÉDIA..., 2006, p. 2).

Diante do exposto ao longo deste artigo, o que se pode concluir é que o veículo de comunicação em questão, a partir de meados da década de 2000, adotou uma postura ferrenhamente crítica a ações do movimento indígena e de entidades parceiras que contribuiu para sedimentar estereótipos e disseminar entre a população geral preconceitos acerca dos povos originários, missionários, antropólogos, indigenistas e outros agentes.

Além de não esclarecer o público leitor sobre as causas históricas que produziram o impasse territorial e levaram à deflagração de conflitos fundiários em Mato Grosso do Sul, editoriais da época, ao proferir insultos, generalizações preconceituosas e julgamentos injustos, lamentavelmente contribuíram para fomentar na opinião pública um ranço contra a população indígena.

## Referências

ABREU, Rafael Rondis Nunes de. **A temática indígena no jornal O Progresso**: dilemas e impasses entre direitos indígenas, Estado e sociedade civil. 2017. 195f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2017.

BENITES, Tonico. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 262f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá**. 1993. 210f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1993.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. 345f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1997.

CALLAÇA, Wanderval. O Progresso - Brasília. **O Progresso**, p. 2, Dourados, 5 set. 1985.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 2013. 470f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil Dados de 2011**. CIMI: Brasília, 2012.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil Dados de 2017**. CIMI: Brasília, 2018.

COLMAN, Rosa Sebastiana; BRAND, Antonio Jacó. Considerações sobre Território para os Kaiowá e Guarani. **Tellus**, Campo Grande, v.8 n. 15, p. 153-174, jul./dez. 2008.



CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá**: do Tekoha à Reserva, do Tekoharã ao Tekoha. 2015. 428f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, 2015.

FUNDAÇÃO Nacional do Índio. **O Progresso**, p. 11, Dourados-MS, 17/18 out. 1981.

ÍNDIOS ARMADOS ocupam área e denunciam ataque. **O Progresso**, p. 18, Dia a dia, Dourados-MS, 10 dez. 2014.

MANOBRA da Funai. **O Progresso**, p. 2, Editorial, Dourados-MS, 5 ago. 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

PARA SAIR de sua aldeia índio precisa de salvo-conduto. **O Progresso**, p. 5, Dourados-MS, 4 jul. 1980.

PEREIRA, Levi Marques. **Relatório Circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká**. Antropólogo coordenador do Grupo Técnico. Portaria N° 083/PRES/FUNAI, 31/01/2001. Funai: Brasília, 2002.

PEREIRA, Levi Marques. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos "índios de Corredor". **Tellus**, Campo Grande, ano. 6, n. 10, p. 69-81, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. Mobilidade e Processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **História em Reflexão**, Dourados-MS, v. 1 n. 1, p. 1-33, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Levi Marques. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados Amambaipagua I**. FUNAI: Brasília, 2016.

PIMENTEL, Spensy K. Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 134-150, jul./dez. 2012.

SILVA, Walter Guedes da. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: Uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 102-125, 2011.

TORRES, Adiles do Amaral. Alta Rotação... Alta Rotação: Política. **O Progresso**, p. 8, Dourados-MS, 9 fev. 1983.

TRAGÉDIA anunciada. **O Progresso**, p. 2, Editorial, Dourados-MS, 3 abr. 2006.

VIOLÊNCIA Indígena. **O Progresso**, p. 2, Editorial, Dourados-MS, 9 jan. 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em: 2 de junho de 2022.

Aceito em: 6 de setembro de 2022.

Publicado em: 11 de dezembro de 2022.

